

Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

Nota de apresentação

<http://hdl.handle.net/11067/7126>
<https://doi.org/10.34628/c6np-9357>

Metadados

Data de Publicação	2023
Palavras Chave	Portugal - Fronteiras - Espanha, Espanha - Fronteiras - Portugal, Deputados - Portugal - Alentejo, Eleições - Aspectos sociológicos, Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 1950, Protecção do ambiente, Direito de propriedade, Primeiros-ministros - Portugal - Eleições, Representação proporcional - Portugal, Prescrição extintiva (Direito administrativo), Portugal. Forças Armadas, Johnson, Boris, 1964- - Crítica e interpretação, Ética política - Grã-Bretanha, Eleições - Aspectos económicos - Brasil, Eleições - República Checa, Eleições - Chipre, Eleições - Estónia, Eleições - Bulgária, Eleições - Finlândia, Eleições - Paraguai, Eleições - Guiné Bissau
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 07 (Janeiro-Junho 2023)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-13T00:14:06Z com informação proveniente do Repositório

Nota de Abertura

Ricardo Leite Pinto

Director da POLIS

E-mail: rlp@lis.ulsiada.pt

DOI: <https://doi.org/10.34628/c6np-9357>

A edição da revista POLIS relativa ao primeiro semestre do ano de 2023 organiza-se em torno das suas secções habituais: **Artigos, Teses e Dissertações, Documento e Observatório Eleitoral Internacional**. Como nos números anteriores dá voz a reflexões que cruzam o Direito Constitucional, o Direito Administrativo, a Ciência Política e a História Política.

O ensaio inicial da autoria de **Flor Arias Aparicio** resultou da sua estadia na Universidade Lusíada em Lisboa, enquanto investigadora convidada do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada (CEJEA/UL). A propósito dos vinte anos da assinatura, em Valência, do Tratado entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa sobre a cooperação transfronteiriça entre entidades e instâncias territoriais, o texto relembra o conteúdo deste acordo internacional e ao mesmo tempo evidencia as realizações que o texto apresenta para avançar no estreitamento da cooperação transfronteiriça.

Na sequência dos trabalhos que vem realizando sobre as eleições no Alentejo durante a I República, **Manuel Baião** estuda o perfil social e político dos deputados eleitos pelos seis círculos eleitorais do Alentejo entre 1910 e 1926, considerando, entre outros, os tópicos referentes à idade, origem geográfica, formação académica e origem dos Deputados.

A relação entre as eleições legislativas e a formação do governo em Portugal envolve aspectos jurídico-constitucionais como aspectos práticos. **João Ferreira Dias** estuda ambos e conclui que na prática e na percepção pública as eleições são também um meio indirecto de eleger o Primeiro-Ministro. O texto pretende, assim, analisar essa dinâmica, articulando os paradigmas “de jure” e “de facto”.

Gonçalo Capitão sustenta que o direito de propriedade tem sido um dos principais instrumentos da interpretação criativa que o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos tem utilizado para valorizar as preocupações ambientais no contexto da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. E conclui que essa dinâmica tem evidenciado uma instrumentalização dos Direitos Humanos, em concreto do direito de propriedade, na protecção do interesse público ambiental.

Por seu lado **Filipe de Arede Nunes** regressa às origens do sistema eleitoral português actual discutindo o contexto em que o “método D’Hondt” foi aprovado, constatando que a discussão na Assembleia

Constituinte ficou marcada pelo confronto, mais pragmático que ideológico, entre os partidos maiores e os partidos mais pequenos.

A concluir a secção **Artigos**, **Catarina Pinto Santos** estuda a transposição do instituto do efeito suspensivo automático (Directiva 2007/66/CE) para o ordenamento jurídico português pelo Decreto Lei n.º 214-G/2015 de 2/10. E conclui, sustentando que, pese embora a enorme evolução do contencioso pré-contratual nos últimos anos, o efeito suspensivo automático ainda não é um instituto eficaz, devido principalmente à morosidade nos tribunais administrativos portugueses.

Na secção **Teses e Dissertações** publica-se o ensaio de **João Pedro de Oliveira Rito Martins** que tem por base a sua Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais com o título “As forças armadas portuguesas na política externa de Portugal e na participação nacional em organizações internacionais no período democrático”. A investigação, realizada sob a “lente” construtivista, e com recurso à metodologia da Análise de Política Externa, segundo o Autor, procura constituir um contributo para o estudo da importância das Forças Armadas enquanto renovado instrumento da Política Externa Portuguesa, no quadro da participação em Missões Internacionais, sob a égide de Organizações Internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização do Tratado do Atlântico Norte e União Europeia), após o final da Guerra Fria.

A secção **Documento** reproduz um relatório da Câmara dos Comuns britânica, produzido no “Committee of Privileges”, acerca do famoso “Partygate” que envolveu a actuação do ex-Primeiro Ministro do Reino Unido, Boris Johnson, em tempos de pandemia. Trata-se de um verdadeiro documento, que não sendo ainda histórico, posto que data do corrente ano de 2023, ficará certamente na História como um marco na densificação do conceito e da prática da “responsabilidade política”. É justamente essa a orientação do comentário de **José de Matos Correia**, que conclui o seu estudo da seguinte forma: a actuação do “Committee of Privileges” tem um valor excepcional para a Democracia ao evidenciar a importância de um mecanismo que permite a um pequeno grupo de parlamentares cumprir o princípio segundo o qual um político deve dizer a verdade.

Finalmente na secção **Observatório Eleitoral Internacional** agrupam-se os textos que correspondem ao registo dos resultados eleitorais e respectivo comentário jurídico-político das mais relevantes eleições realizadas em regimes políticos democráticos no 1.º semestre de 2023. Assim, e após um texto de enquadramento geral da autoria de **Manuel Monteiro**, o Coordenador do projecto, constituem destaque neste número as eleições na República Checa, no Chipre, na Estónia, na Bulgária, em Montenegro, na Finlândia, no Paraguai e na Guiné-Bissau. São autores dos textos: **Diogo Pina Chiquelho**, **Tiago Simões**, **Ana Catarina Costa**, **João Simões**, **Susana Vieira**, **Vitor Ramon Fernandes**, **Patrícia Teixeira**, **Eduardo Oliveira** e **Sousa**, **Marisa Silva**, **Maria Sousa Galito**,

José Costa Rocha, Lorena Soler e Domingos Quadé. De referir ainda um ensaio da autoria de **Maria Teresa Abreu, Lúdia Biai, Rodrigo Santos e Michelle Moares**, que cruza a “Economia Comportamental e as Eleições” e que tem como objecto de estudo as eleições de 2022 no Brasil para deputados e senadores federais no Sul e Sudeste do país.